

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre as classificações das Constituições, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Constituições analíticas são aquelas de reduzido teor, que possuem poucos artigos e tratam apenas dos temas mais relevantes;
- b) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser considerada uma Constituição não escrita;
- c) Apesar de o Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirmar que ela foi promulgada pelos representantes do povo brasileiro, ela deve ser classificada como outorgada;
- d) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é uma Constituição rígida, tendo em vista que o seu processo de alteração é bem mais rigoroso do que o processo legislativo comum;
- e) As Constituições compromissórias são fruto de ideologias distintas e resultado do consenso possível entre forças políticas díspares, não sendo este o caso da atual Constituição brasileira.

2) O Federalismo brasileiro pode ser classificado como cooperativo, uma vez que a Constituição brasileira adota competências comuns e concorrentes entre os entes federados, que devem atuar em conjunto. Acerca da Federação brasileira, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Todos os entes federativos brasileiros possuem autonomia política, que engloba o autogoverno, a auto-organização, a autoadministração, a autonomia legislativa e a autonomia financeira;
- b) Segundo a Constituição de 1988, as três esferas federativas (União, Estados e Municípios) exercem os três Poderes da República (Executivo, Legislativo, Judiciário);
- c) O Distrito Federal acumula, em seu território, as competências administrativas e legislativas federais, estaduais e municipais;
- d) A secessão é um direito constitucional dos Estados, mas não dos Municípios, à luz do princípio da indissolubilidade do pacto federativo;
- e) O princípio da autonomia federativa impede qualquer tipo de intervenção de um ente federado em outro, independentemente das circunstâncias.

3) O Título IV da Constituição de 1988 organiza os Poderes da República, trazendo as normas fundamentais acerca do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Acerca do Poder Executivo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos três níveis da Federação, a eleição do Chefe do Poder Executivo ocorre pelo sistema eleitoral majoritário de maioria absoluta, em dois turnos de votação;
- b) Dentre as competências do Chefe do Poder Executivo é possível citar o exercício da direção superior da administração pública, o envio de projetos de lei ao Poder Legislativo e a sanção ou o veto de projetos de lei aprovados pelo Legislativo;
- c) Tanto os Ministros de Estado, na União, quanto os Secretários, nos Estados e nos Municípios, são indicados pelo Chefe do Poder Executivo, após aprovação nas respectivas Casas Legislativas, e cumprem mandato fixo, não podendo ser exonerados a qualquer momento;
- d) A imunidade formal do Presidente da República, prevista na Constituição de 1988, impede que ele seja preso enquanto não sobrevier sentença condenatória;
- e) Compete privativamente ao Presidente da República, no exercício do poder regulamentar, expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.

4) O princípio da supremacia da Constituição impõe que uma lei ou ato normativo contrário ao texto constitucional seja declarado inconstitucional e extirpado do ordenamento jurídico. Acerca do controle de constitucionalidade é POSSÍVEL AFIRMAR que:

- a) Após a aprovação de um projeto de lei, cujo texto repute inconstitucional, o Presidente da República não pode simplesmente vetar o projeto alegando sua inconstitucionalidade. Antes, deve sancioná-lo e, posteriormente, ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei, para que o Supremo Tribunal Federal declare sua inconstitucionalidade;
- b) O Poder Legislativo também exerce o controle de constitucionalidade, seja suspendendo atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, seja suspendendo a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- c) O controle de constitucionalidade difuso é aquele exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade;
- d) O controle de constitucionalidade abstrato é feito como uma questão prejudicial à análise do mérito de um caso concreto, por qualquer juiz ou Tribunal do País;
- e) O acórdão do Supremo Tribunal Federal numa Ação Direta de Inconstitucionalidade, em controle de constitucionalidade abstrato, possui efeitos *inter partes*.

5) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cada Poder exerce precipuamente sua função típica e, excepcionalmente, as outras funções que lhes são atípicas. No tocante às funções estatais, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Ao editar seu regimento interno, um Tribunal de Justiça exerce função típica do Poder Judiciário;
- b) Ao julgar um Recurso Extraordinário, o Supremo Tribunal Federal exerce a função típica do Poder Judiciário;
- c) Ao julgar o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal exerce função atípica do Poder Legislativo, que seria típica do Poder Judiciário;
- d) Ao promulgar uma Emenda à Constituição, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exercem a função típica do Poder Legislativo;
- e) Ao adotar medidas provisórias, o Presidente da República exerce função atípica do Poder Executivo, que seria típica do Poder Legislativo.

6) O Poder Constituinte originário se manifesta em momentos de ruptura para a inauguração de uma nova ordem constitucional. Acerca do Poder Constituinte, assinale a assertiva CORRETA:

- a) A manifestação do Poder Constituinte originário pode dar origem a qualquer alteração da ordem constitucional, exceto pelas cláusulas pétreas;
- b) A edição de Emendas Constitucionais de Revisão não é considerada uma manifestação do Poder Constituinte derivado;
- c) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal;
- d) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto periódico;
- e) A titularidade do Poder Constituinte originário é dos Poderes Executivo e Legislativo, em conjunto.

7) A interpretação constitucional se vale dos elementos tradicionais de interpretação do direito, mas também possui princípios específicos. Acerca da hermenêutica constitucional, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Pelo princípio da supremacia da Constituição, não há qualquer norma no ordenamento jurídico com hierarquia superior à Constituição;
- b) O princípio da presunção de constitucionalidade impede a declaração de inconstitucionalidade de leis que tenham sido aprovadas por mais de três quintos do Congresso Nacional;
- c) Pelo princípio da interpretação conforme à Constituição, sempre que diante de uma norma inconstitucional, cabe ao Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade completa do diploma legislativo, retirando-lhe totalmente a validade;

- d) O princípio da máxima efetividade das normas constitucionais preconiza que, no caso de conflito entre duas normas, deve prevalecer inteiramente a que concretiza maiores direitos sociais, sendo a outra norma em conflito excluída do ordenamento;
- e) Num conflito entre uma norma constitucional originária e uma Emenda Constitucional, a norma constitucional originária sempre prevalecerá.

8) A Constituição delega a cada ente federado a competência para legislar sobre cada matéria. Nessa divisão, coube à União a competência para legislar privativamente sobre as seguintes matérias, EXCETO:

- a) Direito penal;
- b) Direito espacial;
- c) Atividades nucleares de qualquer natureza;
- d) Direito Administrativo;
- e) Comércio exterior e interestadual.

9) Acerca dos deveres e das garantias dos magistrados, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A promoção por merecimento será apurada, entre outros requisitos, conforme critérios objetivos de produtividade e de presteza no exercício da jurisdição;
- b) A retenção injustificada dos autos pelo magistrado, além do prazo legal, não constitui conduta que afeta a sua promoção na carreira;
- c) O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, sob pena de nulidade, salvo nos casos de segredo de justiça;
- e) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

10) De acordo com as normas constitucionais que versam sobre o sistema orçamentário, é CORRETO afirmar que:

- a) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- b) É possível a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) Lei ordinária pode dispor sobre Direito Financeiro;
- d) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são leis de iniciativa do Chefe do Poder Executivo ou de quaisquer parlamentares;

- e) É lícita a concessão de empréstimos, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

11) Considerando as normas estabelecidas na Constituição Federal sobre os servidores públicos, assinale a opção CORRETA:

- a) Não é obrigatória a avaliação especial de desempenho para a aquisição de estabilidade pelo servidor público;
- b) Quando declarado extinto o cargo, o servidor estável não será aproveitado em outro cargo, podendo ser demitido;
- c) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- d) Os servidores públicos podem ocupar cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão;
- e) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

12) Em relação aos princípios a serem observados pela Administração Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) O princípio da legalidade para a Administração tem um caráter positivo, de modo que os agentes públicos só podem atuar quando autorizados por lei;
- b) O princípio da impessoalidade indica que a Administração Pública deve agir segundo um fim público, sem preferências de natureza pessoal;
- c) A moralidade administrativa significa que os agentes públicos devem atuar de forma proba e honesta;
- d) O princípio da publicidade garante que os atos praticados pelos servidores públicos somente sejam públicos quando autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.
- e) O princípio da eficiência exige que a Administração obtenha os melhores resultados, ao menor custo possível.

13) Se o Governador do Estado do Rio de Janeiro, por decreto, exigir o pagamento do valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), como condição para apresentação de requerimento para acesso a qualquer informação do Estado, qual o direito fundamental estará sendo violado:

- a) Direito à igualdade;
- b) Liberdade de expressão;
- c) Direito à inviolabilidade da intimidade;
- d) Direito à propriedade;

e) Direito de petição.

14) Caso o Ministério Público verifique que um presídio apresenta condições degradantes para os detentos, qual dos remédios constitucionais abaixo indicados ele poderá se valer para garantir o direito à dignidade desses internos:

- a) Mandado de Segurança Individual;
- b) Mandado de Injunção;
- c) Habeas Corpus;
- d) Habeas Data;
- e) Ação Civil Pública.

15) Em relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata;
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- c) O rol dos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal é *numerus clausus*;
- d) Os direitos ao seguro-desemprego e à irredutibilidade de salário são classificados como direitos sociais;
- e) Os direitos à liberdade de expressão e à propriedade são classificados como direitos fundamentais individuais.

DIREITO CIVIL

16) Não é atributo dos direitos da personalidade:

- a) Imutabilidade.
- b) Irrenunciabilidade.
- c) Impenhorabilidade.
- d) Oponibilidade *erga omnes*.
- e) Indisponibilidade.

17) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou empresariais.

- b) Para a publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais, é inexigível a autorização prévia da pessoa biografada ou, para o caso biografado falecido, de seus familiares.
- c) O chamado direito ao esquecimento se consubstancia, à luz do ordenamento jurídico pátrio, em medida extrema, tendo em vista que não é *a priori* legítimo ao poder público se imiscuir em elementos anímicos da pessoa humana.
- d) O exercício dos direitos da personalidade pode ser objeto de disposição voluntária, desde que não permanente nem geral, estando condicionado à prévia autorização do titular e devendo sua utilização estar de acordo com o contrato estabelecido entre as partes.
- e) É possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

18) Mévio e Tício, engenheiros desempregados, constituem sociedade para a fabricação de amplificadores de guitarra, montados por eles mesmos com o auxílio de dois ajudantes. Afrônio cria um partido político com o propósito de combater a corrupção. Iracema abre uma entidade para a divulgação de suas convicções religiosas satanistas. Considerando as situações descritas e as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O município onde se localiza a organização de Iracema pode negar seu registro em hipóteses excepcionais em que o dogma divulgado no culto religioso ferir valores comunitários.
- b) A sociedade de Mévio e Tício possui natureza empresarial, pois objetiva o lucro.
- c) Caso Mévio e Tício utilizem a sociedade para contrair obrigações de caráter não profissional, para a gestão de assuntos afetos às suas vidas particulares, o juiz pode decidir que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos seus bens particulares.
- d) O partido político de Afrônio não é pessoa jurídica de direito privado, pois ele é regulamentado por legislação específica de caráter público.
- e) A sociedade de Mévio e Tício não pode ser limitada, por ausência dos elementos de empresa.

19) A respeito do nome empresarial, assinale a alternativa correta:

- a) O nome fantasia se equipara ao nome empresarial para efeitos de proteção legal.
- b) A firma é necessariamente composta de um nome civil.
- c) A sociedade anônima pode adotar excepcionalmente firma.
- d) Na denominação, a designação do objeto social é facultativa.
- e) O nome empresarial pode ser objeto de alienação em caso de interesse coletivo relevante.

20) Sobre o regime jurídico dos bens, assinale a alternativa incorreta:

- a) A praia de Ipanema, a sede da Procuradoria Geral do Estado e o prédio público abandonado são, respectivamente, bem público de uso comum do povo, de uso especial e dominical, sendo que todos eles são insuscetíveis de usucapião.
- b) São fungíveis os móveis e imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- d) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- e) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor

21) A respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A venda de vaga de garagem pela quantia de R\$ 10 mil depende de escritura pública.
- b) Em regra, o silêncio possui valor jurídico de anuência.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem, tendo em conta que a intenção nelas consubstanciada é mero elemento interno aos declarantes.
- d) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- e) Se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

22) André, estudante de Direito e apaixonado por Direito Público, revelou ao seu pai, Ricardo, o sonho de tornar-se Procurador do Estado. Este, como forma de aposta e incentivo, resolve doar ao filho um automóvel zero quilômetro sob a condição de que aquele seja aprovado em primeiro lugar em concurso público para provimento do referido cargo. Considerando tal situação hipotética, assinale a alternativa incorreta:

- a) considera-se condição apenas a cláusula que limita voluntariamente a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- b) se, ao contrário, Ricardo estipulasse que a entrega seria imediata, mas os efeitos cessariam se André não fosse aprovado nos dois anos seguintes, haveria uma condição resolutiva;
- c) tratando-se de condição suspensiva, enquanto esta não se implementar, não será adquirido o direito;

- d) a condição aposta é reputada ilícita pois sujeita o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes;
- e) a condição suspensiva física ou juridicamente impossível invalida o negócio jurídico.

23) João, menor impúbere, sofre lesão moral por ato extracontratual imputado a um ente público. Sobre a pretensão indenizatória de João, assinale a alternativa correta, levando-se em consideração as disposições do Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O prazo prescricional passa a fluir do evento danoso.
- b) O prazo prescricional é de 3 anos.
- c) O prazo prescricional passa a fluir quando João completa 18 anos de idade.
- d) O prazo prescricional é de 10 anos.
- e) O prazo prescricional passa a fluir quando João completa 16 anos de idade.

24) Veículo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro colide com o veículo de Pedro. Pedro fica seriamente ferido. Ele ingressa com demanda judicial indenizatória. O juiz condena o Estado ao pagamento de R\$ 50 mil, pelas despesas com o reparo do veículo, e R\$ 70 mil, pela violação à integridade física de Pedro. Assinale a alternativa correta, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no Código Civil:

- a) Os juros sobre ambos os valores fluem desde o acidente automobilístico. Já a correção monetária possui regime dual: sobre os R\$ 50 mil, ela incide a partir do desembolso para reparo; sobre os R\$ 70 mil, a partir do acidente automobilístico.
- b) Os juros sobre ambos os valores fluem desde a citação inicial. Já a correção monetária possui regime dual: sobre os R\$ 50 mil, ela incide a partir do acidente automobilístico; sobre os R\$ 70 mil, a partir da data da sentença.
- c) Os juros sobre ambos os valores fluem desde o acidente automobilístico. Já a correção monetária possui regime dual: sobre os R\$ 50 mil, ela incide a partir do desembolso para reparo; sobre os R\$ 70 mil, a partir da sentença.
- d) Sobre os R\$ 50 mil, os juros e a correção contam-se desde o desembolso para reparo; sobre os R\$ 70 mil, os juros fluem da data da citação e a correção monetária, do acidente automobilístico.
- e) A correção monetária para ambos os valores flui da data do acidente. Já os juros possuem regime dual: sobre os R\$ 50 mil, eles contam desde a citação; sobre os R\$ 70 mil, desde a data da sentença.

25) Em tema de direito das obrigações, assinale a opção incorreta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) Na obrigação de dar coisa incerta determinada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor;
- c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;
- d) Se, na obrigação de fazer, a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- e) A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

26) O adimplemento, como cumprimento da prestação que constitui objeto da relação obrigacional, deve alcançar a finalidade útil perseguida pelo credor. Anderson Schreiber identifica uma genuína transformação de seu conceito, “que se pode examinar sob três aspectos, distintos: (a) temporal; (b) conceitual; e (c) consequencial. Em outras palavras, alteram-se no direito contemporâneo o momento de verificação do adimplemento (plano temporal), as condições para sua configuração (plano conceitual em sentido estrito) e os efeitos que dele decorrem (plano consequencial)”. Feitas tais considerações, marque a opção correta:

- a) O pagamento deve ser feito apenas diretamente ao credor, não sendo lícito fazê-lo ao seu representante;
- b) Não tem efeito o pagamento a terceiro, mesmo se depois ratificado pelo credor;
- c) Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, ainda que as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo jamais é válido;
- e) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.

27) A compensação constitui modo de extinção da obrigação diverso do adimplemento por meio do qual se extinguem as obrigações recíprocas entre as mesmas partes. Não se compatibiliza com tal modalidade de extinção a seguinte opção:

- a) A compensação efetua-se entre dívida líquidas, vencidas e de coisas fungíveis;
- b) Os prazos de favor, embora consagrados pelo uso geral, não obstam a compensação;

- c) Embora sejam do mesmo gênero as coisas fungíveis, objeto das duas prestações, não se compensarão, verificando-se que diferem na qualidade, quando especificada no contrato;
- d) A compensação é vedada se uma das dívidas for de coisa não suscetível de penhora;
- e) A compensação decorre automaticamente da lei, independentemente da vontade do credor e da iniciativa do devedor, não podendo as partes, por mútuo acordo, a excluïrem ou renunciarem previamente.

28) Ao instituto da cláusula penal reconhece-se, majoritariamente, uma dupla função: liquidação preventiva do dano e reforço do vínculo obrigacional, na parte em que se convencionou uma penalidade para o devedor que não cumpre, cumpre inadequadamente ou atrasa o cumprimento da prestação. Sobre o tema, não é possível afirmar que:

- a) A eficácia da cláusula penal se verifica desde o descumprimento culposo ou da constituição em mora;
- b) Ao devedor é viável exigir a cláusula penal moratória juntamente com o cumprimento da obrigação principal;
- c) De acordo com o Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal;
- d) É lícita a cumulação da multa moratória com a multa compensatória, em razão da diversidade de suas finalidades específicas;
- e) A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

29) Tiago, Rodrigo e Gilberto tomaram um carro emprestado com Juliana, comprometendo-se solidariamente a devolvê-lo em quinze dias. Cinco dias depois, Rodrigo, dirigindo acima do limite de velocidade, provocou um acidente que ocasionou a destruição total do veículo. Assinale a opção que apresenta os direitos que Juliana tem diante dos três:

- a) Pode exigir, de qualquer dos três, o equivalente pecuniário do carro, mais perdas e danos;
- b) Pode exigir, de qualquer dos três, o equivalente pecuniário do carro, mas só pode exigir perdas e danos de Rodrigo;
- c) Pode exigir, de cada um dos três, um terço do equivalente pecuniário do carro e das perdas e danos;
- d) Pode exigir, de cada um dos três, um terço do equivalente pecuniário do carro, mas só pode exigir perdas e danos de Rodrigo;

e) Eventual propositura de ação por Juliana apenas contra Rodrigo importará renúncia da solidariedade.

30) Em razão de uma tempestade de grandes proporções, as ruas do município de Angra dos Reis ficaram alagadas e a população sofreu com a inundação de suas casas e seus locais de trabalho. José, que possuía um bote salva-vidas e conhecedor da premente necessidade de Carlos de salvar-se e à sua família, aproveitou a ocasião para realizar o transporte destes pelo triplo do preço que normalmente seria cobrado. Nesse caso, em relação ao citado negócio jurídico, ocorreu:

- a) estado de perigo;
- b) dolo;
- c) lesão;
- d) erro;
- e) coação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) A respeito da modificação de competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- b) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente, sendo certo que o despacho do juiz que ordenar a citação torna prevento o juízo.
- c) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mas apenas nas hipóteses em que houver conexão entre eles.
- e) Tanto a competência relativa, como a absoluta, poderão modificar-se pela conexão ou pela continência.

32) São hipóteses expressamente previstas no CPC/15 como recursos:

- a) apelação, agravo de instrumento e embargos infringentes.
- b) embargos de declaração, agravo interno e agravo em recurso especial.

- c) embargos de divergência em recurso extraordinário, embargos à execução e agravo de instrumento.
- d) recurso ordinário, exceção de pré-executividade e apelação.
- e) embargos de declaração, recurso extraordinário e embargos de terceiros.

33) Segundo o CPC/15, NÃO é possível afirmar:

- a) A extinção do processo dar-se-á por sentença.
- b) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.
- c) A sentença que homologar a desistência pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por apelação.
- d) O juiz não resolverá o mérito quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- e) A prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se, ressalvada a hipótese prevista no CPC.

34) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal, mas se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado.
- b) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- e) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, inclusive no caso de tutela provisória de urgência.

35) Sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo, NÃO é correto asseverar:

- a) Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica a multa por ato atentatório à dignidade da justiça, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal, que será feita por carga, remessa ou meio eletrônico.
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- d) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa no exercício de suas funções.
- e) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

36) Sobre os princípios gerais do direito processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O devido processo legal formal ou procedimental é composto por inúmeras garantias processuais, dentre as quais estão os direitos ao contraditório, à ampla defesa e ao juiz natural.
- b) A garantia do contraditório não se satisfaz apenas com a oitiva e participação do interessado, mas, também, com a possibilidade de ele influenciar a decisão do órgão jurisdicional.
- c) O Código de Processo Civil de 2015 consagrou de forma expressa o princípio da boa-fé processual.
- d) Como corolário do princípio da cooperação, o princípio da primazia da decisão de mérito impõe ao órgão julgador ter como objetivo o julgamento do mérito da causa, devendo fazer o possível para que isto ocorra.
- e) O princípio da proteção da confiança não se aplica ao direito processual civil, porque, neste ramo, a segurança jurídica é tutelada por meio do instituto da coisa julgada.

37) Sobre a aplicação da norma processual no tempo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Interposto agravo de instrumento sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973 em hipótese para a qual hoje não mais é cabível esse recurso, o Tribunal deve reconhecer a sua prejudicialidade e determinar que a decisão seja apreciada quando do julgamento da apelação.

- b) A norma processual não retroage e é aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- c) Como os embargos infringentes foram extintos pelo Código de Processo Civil de 2015, todas as decisões atacadas por este recurso ficaram sem efeito, impondo-se ao Tribunal o rejuízo dos feitos e a prolação de acórdão unânime.
- d) A norma processual não retroage e é aplicável somente às demandas ajuizadas posteriormente à sua entrada em vigor, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- e) Quando da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, todos os prazos processuais em curso foram interrompidos, tendo voltado a fluir de seu início.

38) À luz da Teoria da Cognição Judicial, NÃO é possível afirmar que:

- a) As questões prévias são aquelas que devem ser examinadas antes, pois a sua solução precede logicamente à de outra.
- b) A questão preliminar é uma espécie de questão prévia cuja solução, a depender do resultado, cria ou remove um obstáculo à apreciação de outra.
- c) A prescrição é uma preliminar de mérito, pois, uma vez reconhecida, dispensa o órgão julgador de prosseguir em sua atividade cognitiva.
- d) Os pressupostos processuais são questões prejudiciais, pois, a depender da solução que lhes for dada, podem impedir o exame do objeto litigioso do processo.
- e) A inconstitucionalidade da lei é uma questão prejudicial na demanda em que se pretende a repetição do indébito tributário.

39) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz deverá reconhecer liminarmente a improcedência do pedido em todas as hipóteses a seguir, EXCETO:

- a) Se o pedido colidir com a jurisprudência pacífica de Cortes Internacionais de Direitos Humanos.
- b) Se o pedido estiver em desacordo com acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- c) Se o pedido violar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- d) Se o pedido ofender entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- e) Se o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

40) Acerca da resposta do réu no processo civil, assinale a opção INCORRETA:

- a) A arguição de impedimento ou suspeição do juiz, membro do Ministério Público ou auxiliar da justiça deve ser realizada em peça distinta da contestação.
- b) Podem ser alegadas após a apresentação da contestação as defesas que se refiram a direito ou a fato superveniente relevante ao julgamento da causa.
- c) A alegação de incompetência absoluta deve ser apresentada na contestação, sob pena de preclusão.
- d) O réu que alegar a sua ilegitimidade passiva tem o dever de indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida em juízo sempre que, pelas circunstâncias do caso, tiver conhecimento de quem ele seja.
- e) De acordo com a regra da eventualidade ou da concentração da defesa, cabe ao réu formular toda sua defesa, de uma só vez, na contestação, sob pena de preclusão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Seu novo chefe é um algoritmo?

Luiz Antônio Gaulia
Jornalista. Mestre em
Comunicação Social

Uma recente reportagem do jornal Financial Times mostrou como um número crescente de profissionais está sendo chefiado por algoritmos, através de seus *smartphones*. A nova gerência algorítmica (termo criado por professores da Carnegie Mellon University) direciona, instrui, controla e avalia o trabalho do empregado a distância, de forma anônima e utilizando um dispositivo eletrônico como intermediário. Marcas consideradas como disruptivas estão realmente revolucionando segmentos inteiros de negócios e gerenciando processos e pessoas através dessa matemática. Ela reduz despesas e custos de um lado, multiplica serviços muitas vezes interessantes e válidos para os consumidores, mas, por outro lado, empobrece as relações de trabalho subtraindo a face humana do contexto.

Na área da informática e da computação, um algoritmo é uma série de diretrizes que indicam explicitamente o passo a passo de uma determinada operação. Um tipo de manual de conduta e procedimento que comanda a execução, o controle e finalização de determinada tarefa. Conceito simples, direto, frio e calculista, uma evolução digital da administração científica de Frederick Taylor. Ideal para o mundo dos negócios, para o aumento da produtividade e vantajosa para as relações de trabalho que envolvem o poder. O poder de mandar, o poder de pagar, o poder de influenciar. Mas existem vantagens para o consumidor, o cliente? Sim, ele ganha mais opções de escolha com custos reduzidos e maior oferta de prestadores de serviços disponíveis para atenderem aos seus pedidos. Mas, por outro lado, nas relações humanas, dentro das organizações, os empregados ou colaboradores ficam distanciados de seus colegas ou mesmo de suas chefias.

Não dá para convidar um algoritmo para tomar um chopp no *happy hour* e ter aquele *feedback* sobre a semana, dá? Exageros à parte, na minha visão de comunicador é preciso estar atento para não tratarmos pessoas como números de uma conta corrente, numa base de dados eletrônica.

A matemática agiliza, calcula e determina o futuro do trabalho. Marcas como Uber, Cabify, Lyft, Televo no segmento de mobilidade e a Airbnb no segmento de hospedagem são exemplos de empreendimentos, cuja base operacional funciona via aplicativo e dentro dessa nova *tecno lógica*. A robotização excessiva dos ambientes de trabalho não traz ganhos para as pessoas. O cumprimento de ordens seguindo o modelo de um piloto automático tem causado estragos emocionais e afetivos nas pessoas, sejam elas empregados de empresas privadas ou grandes estatais, funcionários de órgãos públicos e até colaboradores em ONGs. Por isso, eu defendo a humanização das relações humanas a partir do cuidar dessas relações com mais atenção, carinho, escuta...diálogo. Em tempos de crise, é preciso avançar ainda mais na direção do saber cuidar e não se deixar seduzir por promessas engenhosas de uma tecnologia sem limites, cuja magia a todos encanta, mas não é capaz de calcular o valor das alegrias e dos amores ou considerar as angústias e as tristezas humanas.

Nossos corações não são máquinas, empregados não funcionam como relógios. Comportamentos baseados exclusivamente em *outputs* financeiros costumam atropelar as pessoas pelo meio do caminho. Os fins não justificam os meios, quando nossa missão é saber e querer cuidar das pessoas.

30.05.18 <http://www.aberje.com.br/blogs/post/seu-novo-chefe-e-um-algoritmo/>

41) A partir da leitura do texto como um todo, assinale a opção que justifica a escolha do título.

- a) O título é o cartão de visitas do texto, pois chama a atenção do leitor para tomar ciência de um assunto de pouco impacto na nova gerência empresarial.
- b) O título convida o leitor a ler a matéria inteira apenas para ficar atualizado sobre uma nova *tecno lógica* que estimula as relações interpessoais nas empresas.
- c) O título desperta a curiosidade e solicita uma resposta pronta do leitor que o leva a se interessar pelo restante da matéria.
- d) O título não se relaciona com o conteúdo do texto, mas cria expectativa no leitor sobre algo novo no mundo do trabalho.
- e) O título não só define o conteúdo do texto, como também é questionador e se dirige diretamente ao leitor, com o objetivo de conduzi-lo a uma reflexão relevante no ambiente profissional.

42) Frederick Taylor(1856-1915) é considerado o pai da administração científica e um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da administração de empresas. O taylorismo aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho, colocando o conhecimento do processo produtivo nas mãos do gerente, que assumia totalmente esta responsabilidade e também fiscalizava o tempo destinado a cada etapa da produção. Outra característica deste sistema foi a padronização e a realização de atividades simples e repetitivas.

Considerando as informações anteriores, pode-se afirmar que o autor ao citar no texto Taylor“(...)Conceito simples, direto, frio e calculista, uma evolução digital da administração científica de Frederick Taylor” tem como intenção:

- a) valorizar o evento dos algoritmos na sociedade atual.
- b) ironizar o retrocesso da atividade trabalhista na sociedade atual direcionada pela gestão dos algoritmos.
- c) destacar os benefícios da evolução digital para os funcionários no mundo do trabalho.
- d) enfatizar a influência dos algoritmos no aumento da produtividade e nas relações de trabalho que envolvem poder.
- e) reforçar o sucesso da continuidade do pensamento de Taylor na era digital.

43) Não dá para convidar um algoritmo para tomar um chopp no *happy hour* e ter aquele *feedback* sobre a semana, dá? Exageros à parte, na minha visão de comunicador é preciso estar atento para não tratarmos pessoas como números de uma conta corrente, numa base de dados eletrônica.

A pergunta em destaque que inicia o 3º parágrafo do texto:

- a) indica uma dúvida que as pessoas têm no ambiente de trabalho.
- b) introduz por meio da personificação uma situação que o autor julga patética e que observa como comunicador no dia a dia das empresas.
- c) convida o leitor a uma reflexão exagerada, porém pertinente à crítica que o autor conduz a seguir.
- d) questiona a base de dados das empresas que se preocupa pouco com a comunicação.
- e) propõe uma questão que está constantemente no imaginário dos funcionários diante da vida estressante nas empresas.

44) Identifique, entre os pares a seguir, o único que desrespeita as regras de concordância da norma culta.

- a) Taylor foi as vozes dos pesquisadores da administração científica a defender o processo de divisão técnica do trabalho. / Taylor foram as vozes dos pesquisadores da administração científica a defender o processo de divisão técnica do trabalho.
- b) A maior parte das preocupações dos empresários gravita em torno da redução das despesas e custos dos serviços./ A maior parte das preocupações dos empresários gravitam em torno da redução das despesas e custos dos serviços.
- c) Quais entre nós passamos incólumes pelos efeitos dos algoritmos em nosso cotidiano profissional?/Quais entre nós passaram incólumes pelos efeitos dos algoritmos em nosso cotidiano profissional?
- d) A maior parte das empresas disruptivas vem revolucionando segmentos inteiros no mercado./A maior parte das empresas disruptivas vêm revolucionando segmentos inteiros no mercado.

e) Não só um país como também todo o mundo reflete hoje sobre os efeitos da nova gerência algorítmica nas relações de trabalho./ Não só um país como também todo o mundo refletem hoje sobre os efeitos da nova gerência algorítmica nas relações de trabalho.

45) Levando em consideração o texto como um todo, assinale o único fragmento que constitui sequência coerente e coesa do último parágrafo do texto.

“Nossos corações não são máquinas, empregados não funcionam como relógios. Comportamentos baseados exclusivamente em *outputs* financeiros costumam atropelar as pessoas pelo meio do caminho. Os fins não justificam os meios, quando nossa missão é saber e querer cuidar das pessoas.”

a) É imprescindível que se organizem fóruns e seminários sobre gestão de empresas em que a relevância da discussão esteja voltada para as relações interpessoais. Do contrário, a desumanização ocupará um espaço significativo nas empresas.

b) Independente dos avanços tecnológicos, não se pode deixar de considerar as trocas interpessoais no ambiente de trabalho. O funcionário não pode ficar refém da tecnologia como peça de uma engrenagem onde o único objetivo volta-se para a redução de custos.

c) Daí conclui-se que qualquer esforço no sentido de derrubar os algoritmos é algo que é romântico e que têm em Taylor sua maior e melhor referência.

d) Ter algoritmos participando de nossas vidas é algo prático tanto para funcionários quanto para consumidores, afinal esse é o mundo que a tecnologia a cada dia nos surpreende a todo instante com inovações.

e) Isso tudo requer uma mudança de filosofia que vá de encontro à face humana nas empresas, especialmente nesse momento de crise no mercado de trabalho.

46) Podemos inferir que o termo destacado, no segmento do texto, “Marcas consideradas disruptivas estão revolucionando segmentos inteiros de negócios(...)” traduz o valor semântico de:

a) capitulação

b) produtividade

c) inovação

d) descontinuidade

e) estrangeirismo

47) Considerando as referências do texto, assinale a alternativa em que não há correspondência entre o vocábulo destacado e os termos entre parênteses:

a) **Ela** reduz despesas e custos. (Dessa matemática)

b) Na área da Informática e da computação, um algoritmo é uma série de diretrizes **que** (...) (algoritmo)

c) Em tempos de crise, é preciso avançar ainda mais na direção do saber cuidar e não se deixar seduzir por promessas engenhosas de uma tecnologia sem limites, **cuja** magia a todos encanta. (tecnologia)

- d) Um tipo de material de conduta e procedimento **que** (...) (tipo de material)
- e) A matemática agiliza(...) são exemplos de empreendimento **cuja** base operacional funciona via aplicativo - (empreendimento)

48) Os segmentos do texto, a seguir, sofreram modificações. Assinale a alternativa que não obedece às normas estabelecidas pela Norma da Língua Culta em relação à pontuação.

- a) Comportamentos baseados ,exclusivamente, em *outputs* financeiros costumam atropelar as pessoas pelo meio do caminho.
- b) A matemática, agiliza, calcula e determina o futuro trabalho.
- c) É preciso avançar, em tempos de crise, ainda mais na direção do saber cuidar.
- d) Eu, por isso, defendo a humanização as relações humanas a partir de cuidar dessas relações.
- e) Ele ganha, sim, mais opções de escolha com custos reduzidos

49) Assinale o par de vocábulos em que a composição mórfica apresente formações diferenciadas:

- a) informática/computação
- b) hospedagem/tecnológica
- c) robotização/empreendimentos
- d) piloto/ONGs
- e) anônima/diálogo

50) Assinale a opção onde a crase foi empregada incorretamente.

- a) À decisão do Diretor, atribuem-se as medidas descritas no relatório.
- b) À aplicação da medida, antecipe-se a análise dos fatos sobre a insatisfação dos novos funcionários.
- c) À proposta da Comissão, admita-se como melhor solução do problema.
- d) À conclusão do parecer, acrescentem-se as sugestões da Comissão.
- e) À introdução da denúncia, enfatize-se a grave ocorrência no setor.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

42º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O **CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**, nos termos do art. 23 do Regulamento do 42º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1- D
- 2- A
- 3- C
- 4- B
- 5- A
- 6- C
- 7- A
- 8- D
- 9- B
- 10- A
- 11- D
- 12- D
- 13- E
- 14- E
- 15- C

DIREITO CIVIL:

- 16- A
- 17- C
- 18- C
- 19- B
- 20- B
- 21- D
- 22- D
- 23- E
- 24- C
- 25- C
- 26- E
- 27- E
- 28- C
- 29- B
- 30- A



DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31- A
- 32- B
- 33- C
- 34- E
- 35- D
- 36- E
- 37- B
- 38- D
- 39- A
- 40- C

LINGUA PORTUGUESA:

- 41- E
- 42- B
- 43- C
- 44- A
- 45- A
- 46- C
- 47- B
- 48- B
- 49- D
- 50- C

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.

*Publicado no DOERJ de 25 de setembro de 2018.